



Prefeitura Municipal de Cambé

Estado do Paraná

LEI Nº. 1.777/ 2004, de 29 de julho de 2004.

SÚMULA: Autoriza o Executivo Municipal a alienar, com encargos, áreas de terras do Parque Industrial de Cambé.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMBÉ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE,

LEI:

ART. 1º. – Fica o Executivo Municipal autorizado a alienar imóvel público ao vencedor do certame, Edital de Concorrência nº. 04/2004, que trata da alienação de imóveis destinados à instalação de Indústrias ou outras atividades econômicas, de interesse do Município, tudo em consonância com a Lei nº. 8.666/1993, e, especialmente, a Lei Municipal nº. 1.586/2002.

PARÁGRAFO ÚNICO – A presente alienação tem por objetivo a industrialização do Município, com a conseqüente geração de empregos e o incremento da arrecadação e da economia local.

ART. 2º. – É vencedora do certame:

- I- Empresa INDUSPACK INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA., para aquisição do lote de terras sob nºS. 02, quadra 10, com área de 4.812,54 m², lote nº. 03, da quadra nº. 10, com área de 3.679,75 m² e o lote nº. 05, da quadra nº. 10, com área de 8.409,37 m² situada no Parque Industrial José Garcia Gimenes, da Gleba Jacutinga, inicialmente avaliado em: R\$ 253.524,90 (duzentos e cinquenta e três mil, quinhentos e vinte e quatro reais e noventa centavos), arrematado pelo preço total de R\$ 23.353,00 (vinte e três mil, trezentos e cinquenta e três reais), sendo pago em 20 (vinte) parcelas;

PARÁGRAFO ÚNICO – na outorga da escritura deverá constar os requisitos do parágrafo 1º., do Artigo 2º., da Lei nº. 1.586/2002, a saber:

- I- o prazo de início das obras é imediato;
- II- deverá ser construída área industrial de no mínimo 2.000,00 m² (dois mil metros quadrados);
- III- a empresa poderá ficar isenta de pagamento de IPTU e taxas, pelo período de até 10 (dez) anos, caso o retorno do ICMS arrecadado, de que trata o inciso IV do Artigo 158 da Constituição Federal, seja de, pelo menos, o dobro do valor do IPTU do exercício considerado;
- IV- a empresa terá como meta gerar um mínimo de 50 (cinquenta) empregos.



Prefeitura Municipal de Cambé

Estado do Paraná

ART. 3º. – O preço da alienação, bem como a forma de pagamento, são os constantes no artigo anterior, sendo, no caso de prestações mensais, acrescidas de encargos financeiros de 1% (um por cento) ao mês.

ART. 4º. – Para cada caso, conforme projeto analisado e aceito pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, será lavrado na escritura pública dos imóvel, elencados no artigo 2º., retro, os requisitos previstos no artigo 3º., da Lei Municipal nº. 1.586/2002.

ART. 5º. – A escritura definitiva do imóvel será outorgada após 2 (dois) anos de efetivo funcionamento do empreendimento.

ART. 6º. – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBÉ,
aos 29 de Julho de 2004.

José do Carmo Garcia
Prefeito Municipal

Vilson Rico
Secretário Municipal de Administração

Projeto nº. 44/2004.
Autor: Executivo Municipal